

Desigualdades sociais no Nordeste brasileiro (1992-2022): uma análise das raízes históricas e desafios contemporâneos em relação à terra, recursos e políticas públicas

Social inequalities in the Brazilian Northeast (1992-2022): an analysis of historical roots and contemporary challenges in relation to land, resources and public policies

Rafaela Moreira Gurgel da Costa

Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rafaelamoreira@uern.br

ORCID: 0009-0000-3352-1476

Francisco Madson de Queiroz

Mestre em Administração Pública. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: madysonq@gmail.com

ORCID: 0009-0006-6744-4142

Ronie Cleber de Souza

Doutor em Desenvolvimento Econômico. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: ronieleber@uern.br

ORCID: 0000-0001-9202-4269

Larissa da Silva Ferreira Alves

Doutora em Geografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: larissafferreira@uern.br

ORCID: 0000-0003-2232-9539

Robson Fernandes Barbosa

Doutor em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: robson.fernandes@professor.ufcg.edu.br

ORCID: 0000-0002-8617-7215

Resumo

O artigo explora as raízes históricas das desigualdades sociais no Nordeste do Brasil, destacando a concentração de terras e recursos, o uso de mão de obra escrava e políticas públicas ineficazes. Com uso métodos quali-quantitativos, analisa-se dados do IBGE, PNUD e outros, no período de 1992 a 2022, para traçar um panorama socioeconômico. Apesar de progressos entre 2003 e 2014, houve retrocessos desde 2016 devido a mudanças nas políticas públicas e cortes em programas sociais.

Palavras-chave: Desigualdades sociais; Políticas Públicas; Nordeste.

Abstract

The article explores the historical roots of social inequalities in the Northeast of Brazil, highlighting the concentration of land and resources, the use of slave labor and ineffective public policies. Using qualitative and quantitative methods, it analyzes data from the IBGE, UNDP, and others, from 1992 to 2022, to draw up a socio-economic panorama. Despite progress between 2003 and 2014, there have been setbacks since 2016 due to changes in public policies and cuts in social programs.

Keywords: Social inequalities; Public Policies; Northeast.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v11i2.9152>

Recebido: 06-09-2024

Aprovado: 13-06-2025



PPGDS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - UNESC



1. Introdução

Os aspectos socioeconômicos merecem atenção em todo e qualquer território do mundo, pois influenciam qualquer meio e sociedade. Isso abrange questões como a distribuição de renda, acesso à educação, à saúde, ao saneamento, à água, às condições de trabalho, às políticas públicas, às desigualdades sociais etc..

De acordo com Herculano (2000), entre esses parâmetros, a desigualdade social é considerada um fenômeno de alcance global, que abarca a falta de acesso a emprego, renda, educação, saúde, cultura e lazer.

Furtado (1992) argumenta que a origem da desigualdade social está intrinsecamente ligada ao início do processo produtivo, devido à concentração da posse da terra e ao monopólio do crédito, excluindo a maioria dos despossuídos dos benefícios do crescimento econômico, resultando na concentração de renda. Nesse sentido, Pereira (2015) destaca que, no Brasil, as desigualdades sociais são marcadas por características étnico-raciais, agrárias, patriarcais e regionais.

No Brasil, essa questão tem raízes históricas profundas, remontando aos tempos da colonização portuguesa. Conforme aponta Gennari (2022), no âmbito da desigualdade e da concentração de renda, durante o processo de colonização, a classe proprietária de terras, em colaboração com a Coroa Portuguesa, controlava mais de 90% da renda gerada na atividade econômica. Ainda de acordo com o autor, essa prática prolongada de superexploração deixou marcas permanentes de desigualdades sociais no país.

Nos últimos anos, a necessidade de mitigar ou, ao menos, garantir condições básicas de sobrevivência aos mais afetados por essas desigualdades tornou-se ainda mais urgente. O Nordeste do Brasil, segundo apontam Sousa, Theis e Barbosa (2020), desempenhou um papel crucial no ciclo inicial da colonização portuguesa, no século XVI, abrigando a primeira capital, Salvador. No entanto, a região enfrentou um extenso período de estagnação, com a desorganização da economia açucareira, entre meados do século XVII até meados do século XIX, e, dada a falta de transformações estruturais, não acompanhou as rápidas transformações do restante do país, no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Nesse sentido, a falta de dinamicidade da economia regional impactou também no agravamento das desigualdades sociais na região.

A desigualdade social no Nordeste brasileiro é um problema complexo que afeta negativamente a qualidade de vida de milhões de pessoas. A região enfrenta desafios significativos relacionados à distribuição de renda, acesso à educação, à saúde, ao emprego, entre outros indicadores de desenvolvimento. Essas disparidades têm raízes profundas em fatores históricos, estruturais e econômicos, amplamente discutidos por diversos autores, a exemplo de Furtado (1992), Araújo (1997) e Oliveira (1981).

Frente à persistência das desigualdades sociais no Nordeste brasileiro, refletida em indicadores socioeconômicos desfavoráveis, torna-se essencial compreender as raízes desse fenômeno. A questão central deste estudo é: quais fatores históricos, estruturais e políticos perpetuam as desigualdades sociais no Nordeste brasileiro, e como as políticas públicas podem enfrentá-los eficazmente?

Portanto, o objetivo deste trabalho é examinar as desigualdades sociais persistentes no Nordeste brasileiro, identificando os fatores históricos, estruturais e políticos que as sustentam, bem como as possibilidades de mitigação dessas desigualdades pela via das políticas públicas.

2. Método

Esta pesquisa, quanto ao seu delineamento, é caracterizada como documental, pois utilizou dados existentes e documentos publicados previamente, a partir das principais fontes de coleta: relatórios do IBGE, informações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e dados de programas sociais como o Bolsa Família. De acordo com Gil (2017), a pesquisa documental emprega diversos tipos de documentos, elaborados com finalidades distintas, como assentamento, autorização, comunicação etc. De forma complementar, Lakatos e Marconi (2017) ressaltam que esse tipo de pesquisa se baseia em materiais previamente produzidos – incluindo documentos oficiais, relatórios e registros –, possibilitando a análise de informações secundárias para compreender o fenômeno investigado.

No que tange à abordagem, trata-se de um estudo misto, combinando elementos qualitativos e quantitativos. Creswell (2014) destaca que a combinação dessas abordagens possibilita uma análise mais abrangente, de modo que os dados qualitativos complementam e explicam os dados quantitativos, enriquecendo a interpretação dos resultados.

No que diz respeito à finalidade, esta pesquisa é descritiva, pois tem como objetivo principal a descrição sistemática dos fatos, estabelecendo relações entre as variáveis (Gil, 2017; Vergara, 2016).

Em relação ao percurso metodológico, inicialmente, foi feita uma revisão de literatura narrativa, com o intuito de aprofundar o conhecimento na temática e, posteriormente, uma análise de dados secundários nas bases já mencionadas, de 1992 ao ano de 2022, a fim de traçar uma linha temporal abrangente dos aspectos socioeconômicos no Brasil e no Nordeste. Como critérios de inclusão, foram utilizadas fontes de dados específicas, priorizando informações relevantes ao tema em tela.

Os dados coletados foram organizados em gráficos e tabelas, visando à melhor compreensão dos dados quantitativos, e, em seguida, foi empregada uma abordagem

qualitativa para interpretar informações históricas, políticas públicas e eventos que contribuíram para identificar os aspectos socioeconômicos na região Nordeste.

Ademais, foram examinados os seguintes índices: indicadores de pobreza, analisados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - PNADC trimestral e Anual/IBGE, no período de 1992 a 2022; dados de concentração de renda fornecidos pelo IBGE (2023), também utilizando dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017); índices de desenvolvimento humano (IDH), analisados no PNUD, para o ano de 2010; e o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no período de 2005 a 2016. Por fim, foi realizada uma comparação, através dos dados coletados entre a região Nordeste e outras regiões do Brasil, para destacar as disparidades regionais no país.

3. Formação econômica do Nordeste: impactos, desafios e desenvolvimento

Apesar da vasta riqueza natural do Brasil, há uma contradição evidente: uma pequena parcela da população concentra a maior parte dessa riqueza, ao passo que a maioria possui uma porção mínima do que é produzido no país (Queiroz Filho, 2019). Essa disparidade na distribuição de renda contribui de forma significativa para o agravamento da pobreza, privando muitos do acesso a recursos essenciais à sobrevivência.

A formação socioeconômica do Nordeste brasileiro é resultado de um complexo entrelaçamento de fatores históricos, políticos e estruturais que moldaram a região ao longo do tempo. Conforme Furtado (2005), no início do século XVI, o Brasil foi colonizado por Portugal e teve sua base econômica inicialmente estruturada em torno da exportação de produtos primários, como o açúcar, utilizando mão de obra escrava.

Nesse sentido, Bernardes (2007) reforça que a configuração da economia nordestina remonta ao período colonial, sendo profundamente marcada pela exploração do ciclo do açúcar e, posteriormente, do algodão. O autor ainda reforça que essa dinâmica criou uma estrutura econômica pautada em grandes propriedades e no trabalho escravo, o que repercutiu diretamente no desenvolvimento da região.

Furtado (2005) apontou que, no final do século XVII, a economia açucareira do Nordeste sofreria um revés devido à queda nos preços do açúcar, ao aumento dos custos de escravos e à migração da mão de obra para a mineração de ouro. Ainda segundo o autor, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e o tratado de 1827 com a Inglaterra tiveram impactos profundos, tornando a Inglaterra como uma potência privilegiada e resultando em dificuldades econômicas para o Brasil pós-independência.

Ainda de acordo com Furtado (2005), no século XIX, houve a expansão da cafeicultura, o que contribuiu para o desenvolvimento de um sistema econômico autônomo,

permitindo ao Brasil finalizar o processo colonial e começar a gerar seu próprio crescimento. A economia brasileira passou por transformações significativas, com a redução do papel do comércio exterior, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. O crescimento econômico tornou-se mais focado no mercado interno e na industrialização, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial.

Seguindo a análise, o autor, reforça que, no século XX, a industrialização do Brasil concentrou-se principalmente na região Sudeste, exacerbando as disparidades econômicas entre o Nordeste e o Sudeste. Em 1955, a renda per capita em São Paulo era 4,7 vezes superior à do Nordeste. A pobreza relativa de recursos naturais no Nordeste, em comparação ao Sudeste, resultou em menor produtividade e menor atração de capital para a região. Isso intensificou a concentração industrial no Sudeste, dificultando o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Assim, Furtado (2005) apontou que, embora tenha passado por transformações significativas, a economia continuou a ser marginalizada em relação ao desenvolvimento das regiões Sudeste e Sul, que se concentraram em atividades mais dinâmicas, como a cafeicultura. Essa marginalização comprovada resultou em um ciclo de pobreza e subdesenvolvimento, agravado por especificidades naturais, como as secas, que afetaram a produção agrícola e a subsistência da população.

Durante a Primeira República (1889-1930), a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, refletiu os conflitos sobre investimentos na região nordestina. A discussão do combate às secas marcava posições antagônicas, de modo que alguns defendiam investimentos para a região que enfrentou uma grande seca (1915-1919), à medida que outros defendiam o abandono do Nordeste, a concentração dos recursos da União e a migração de nordestinos para o eixo Sul-Sudeste. Entre 1918 e 1922, o governo de Epitácio Pessoa realizou um dos mais vastos programas intervencionistas na região, sendo, contudo, abandonado por seus sucessores. Em 1919, a IOCS foi transformada na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que, mais tarde, em 1945, ainda no governo Vargas, deu origem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a Constituição de 1934 delimitou o Polígono das Secas e atribuiu à União a responsabilidade pelo combate às secas, conforme o documento: "a defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União [...]" (Brasil, 1935, cap. VIII, art. 177). Bernardes (2007) destaca que, de fato, a questão regional sempre foi percebida, enfrentada e formulada, mas sempre voltada aos interesses das elites regionais.

O final da década de 1950 marcou um período de intensa reflexão sobre a

necessidade de implementar uma política pública de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil, liderada por Celso Furtado e pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em 1959, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), constituído pelo governo de Juscelino Kubitschek, apontou as fragilidades estruturais da região – como o declínio da economia açucareira na costa úmida, a questão da distribuição de terras, a expansão da agricultura de subsistência no semiárido e os frequentes períodos de seca na região – apontadas como uma das principais causas do subdesenvolvimento do Nordeste. O relatório do GTDN deu origem a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no final do ano de 1959.

A criação da Sudene representou um marco na análise da atuação do Estado em relação ao Nordeste. Sua atuação visava substituir a abordagem assistencialista por uma estratégia desenvolvimentista regional, que se propunha a promover o desenvolvimento econômico da região pela via da transformação da estrutura produtiva, com propostas tanto para a reestruturação das atividades agrícolas (no semiárido, na zona da mata e irrigação) quanto para a industrialização da região, visando à instalação de um “Centro Autônomo Manufatureiro” (Cano, 2002a).

A Sudene (2021) evidencia as características do Semiárido Nordestino, ao analisar que essa região compreende cerca de 64,83% da área total do Nordeste e concentra uma população de mais de 26 milhões de habitantes. De acordo com o IBGE (2010), na região semiárida, grande parte da população rural depende da agropecuária para sua subsistência, a atividade fortemente condicionada pela incidência de chuvas.

Nesse sentido, Furtado (1967) observou que a economia da região semiárida é especialmente suscetível aos efeitos das secas. Qualquer alteração na distribuição das chuvas ou uma redução significativa no volume delas, que inviabilize a agricultura de subsistência, pode desestruturar toda a atividade econômica.

As secas, em especial, desencadeiam uma crise na agricultura de subsistência, gerando situações de calamidade social. A ausência de políticas efetivas de desenvolvimento regional contribui para um menor progresso nas cidades. Cano (1998) observou que, até o final da década de 1950, as respostas à questão regional limitavam-se às medidas de combate às secas no Nordeste, refletindo uma abordagem centrada no discurso político e nas decisões tomadas dentro desse contexto.

Para além da condição climática da região, Oliveira (1981) descreveu que houve uma transformação econômica entre as décadas de 1930 e 1960, conhecida como transição do Estado Colonial para um Estado Nacional. Esse período fortaleceu a burguesia do Centro-Sul e enfraqueceu a oligarquia nordestina, o que acabou retardando seu processo industrial e gerando conflitos de classes sociais. O autor ainda analisa que as políticas da

Sudene, nos anos 1960, alimentaram o declínio da oligarquia local, permitindo a injeção de capital do Centro-Sul no Nordeste. Logo, isso distanciou os interesses econômicos do Nordeste, enquanto o eixo Centro-Sul prevalecia com respaldo estatal.

Oliveira (1977) afirma que, nesse contexto de transição e reconfiguração das forças econômicas, as políticas implementadas pela Sudene desempenharam um papel transformador na economia nordestina durante os anos 1960. No entanto, esse desenvolvimento foi marcado por desigualdades, beneficiando principalmente as capitais e as áreas urbanas, enquanto as regiões rurais continuaram marginalizadas. Essa dinâmica perpetuou a dependência econômica do Nordeste em relação ao Sudeste, onde se concentravam os recursos e o poder político, aprofundando as disparidades socioeconômicas e os conflitos de classe.

O autor, em seus apontamentos, observou que as transformações econômicas impulsionadas pela Sudene provocaram uma migração significativa de trabalhadores rurais para os centros urbanos, gerando novos desafios, como o crescimento desordenado das cidades e o aumento das desigualdades. As políticas da Sudene são criticadas por priorizar o crescimento econômico em detrimento de reformas agrárias e melhorias nas áreas rurais, o que perpetuou a marginalização do campo e aprofundou as disparidades regionais. Além disso, o autor destaca a ausência de uma política integrada que contribuiu para o fracasso da promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo, ilustrando as complexidades do desenvolvimento regional e os desafios de alcançar equidade e justiça social no Brasil (Oliveira, 1977).

A economia do Nordeste apresentou um crescimento significativo entre os anos 1960 e 1990. Conforme Araújo (1997), o Produto Interno Bruto (PIB) da região cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano entre 1965 e 1985, superando, inclusive, o crescimento do Japão no mesmo período, cuja taxa foi de 5,5% ao ano. Entre 1960 e 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%. No entanto, a partir dos anos 1990, a economia do Nordeste enfrentou dificuldades devido à globalização e às políticas governamentais que priorizaram as regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Para Araújo (1997), a falta de uma articulação regional eficaz em prol do desenvolvimento foi um fator agravante. Embora a região tenha resistido relativamente bem à crise dos anos 80, sua estrutura produtiva permaneceu menos diversificada e mais dependente de setores menos atingidos pela recessão, como o de bens intermediários e as exportações de frutas. Isso expôs a região a vulnerabilidades econômicas, especialmente a partir do momento em que as políticas de integração nacional passaram a favorecer mais outras regiões do país.

Durante o governo de Itamar Franco, nos anos 1990, foi criado o Plano de Combate

à Fome e à Miséria (PCFM), uma política importante que beneficiou milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente no Nordeste. No entanto, essa política foi abandonada no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Nos anos seguintes, o governo FHC implementou outros projetos de combate à pobreza, com destaque para o Fundo de Combate à Pobreza, criado em 2001, além de iniciativas de transferência de renda como os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Ainda em 2001, foi lançado o Programa de Combate à Miséria, focado nas regiões Norte e Nordeste (Silva, 2014).

Dando continuidade a essas políticas, o governo lançou, em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF), que se consolidou como um forte instrumento de combate à fome. Ainda, de acordo com Silva (2014), o PBF previa o atendimento às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, determinadas por meio de faixas de renda. Inicialmente, as famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 50,00 eram consideradas extremamente pobres, e aquelas entre R\$ 50,01 e R\$ 100,00, pobres. Os benefícios consistiam em valor fixo, para as famílias consideradas em extrema pobreza, independentemente do número de filhos; e variável, conforme o número de crianças e até o teto estabelecido. Esses valores foram sendo alterados ao longo dos anos, pois o público-alvo permanece sendo a população em extrema pobreza. Nesse sentido, Queiroz Filho (2019) informou que essa transferência de renda para essa classe ocasiona o aquecimento da economia, trazendo o efeito multiplicador na geração de emprego e de consumo.

Outra iniciativa governamental implantada em 2003, de suma importância até os dias atuais, foi o Programa Cisternas, operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cuja finalidade é captar água da chuva para o consumo humano das famílias de baixa renda da zona rural, pequenas plantações e, ainda, criação de animais de pequeno porte. Em 2019, o programa havia entregado 1,3 milhão de unidades na região Nordeste, sendo reconhecido como uma das iniciativas de destaque mundial em políticas de enfrentamento e combate à seca (MDS, 2019). Entretanto, desde 2016, esse programa vinha sofrendo perda de recursos, tendo seus investimentos retomados apenas no governo atual, em 2023.

O crescimento econômico a partir dos anos 2000 teve um efeito de descentralização, segundo Araújo (2013), de modo que os principais impulsionadores foram os direcionamentos setoriais do governo federal, representados por políticas "implícitas" de desenvolvimento regional. Estas incluíram medidas como a transferência de renda, a previdência social, o apoio à agricultura familiar, a valorização real do salário-mínimo, as iniciativas habitacionais, o desenvolvimento da infraestrutura econômica e a expansão de novos *campi* universitários para regiões mais interiores.

Segundo Neri (2019), a desigualdade social continua crescendo no Brasil no período de 2014 a 2019. No segundo semestre de 2019, houve uma queda de 18% no rendimento da parcela mais pobre da população, enquanto o poder de compra do grupo mais rico, que representa apenas 1% da população, cresceu 10%. Consoante com Neri (2019, p.1),

A desigualdade captada pelo índice de Theil-T passa de 0,8037 para 0,8048, alta de 0,138%. Neste ínterim, a renda individual da metade mais pobre cai -2,38% enquanto a dos 10% mais ricos sobe 0,64%, uma diferença de 3 pontos de porcentagem. Se compararmos a evolução dos três primeiros trimestres de 2018 com 2019 a renda individual da metade mais pobre caiu -3,5% enquanto os 10% mais ricos subiu 0,97%, uma diferença de 4,47 pontos de porcentagem sugerindo desaceleração, mas ainda não superação, da alta da desigualdade.

Na percepção de Cano (2002b), durante a era da neoliberalização no Brasil (anos 1990), com continuidade dos seus preceitos econômicos (o tripé macroeconômico neoliberal na década seguinte (anos 2000), a questão social piorou: má educação, analfabetismo, precária saúde pública etc. Das reflexões de Cano (2002b), no final da “era FHC”, ficou claro que os problemas sociais mais urgentes da sociedade só se resolveriam com o crescimento econômico e a distribuição de renda, ou seja, pelo crescimento com inclusão social. Nesse ínterim, foi o compromisso dos governos progressistas, de 2003 a 2016 (Lula I e II; e Dilma I), com uma estratégia centrada no “crescimento econômico com inclusão social”, via políticas públicas de distribuição de renda, que permitiu a amenização do quadro social nas últimas décadas, deixando transparecer, portanto, a importância das políticas públicas, sobretudo daquelas levadas a cabo pelo governo federal.

4. Resultados

Nesta seção, apresentamos a análise dos dados sobre os aspectos socioeconômicos no Nordeste brasileiro, discutindo as implicações decorrentes. Inicialmente, fornecemos um panorama atual que evidencia a persistência das enormes desigualdades sociais na região.

A tabela 1 oferece uma visão detalhada do perfil de pobreza no Brasil e nas regiões, revelando uma significativa deterioração da situação. Ao observar os indicadores sociais de pobreza e extrema pobreza do IBGE/PNAD-C (2022), seguindo a metodologia do Banco Mundial, para definir as linhas de pobreza e extrema pobreza¹, constatamos que 24,10% da população brasileira vivia em condições de pobreza, e mais de 10 milhões de pessoas ainda enfrentavam condições de extrema pobreza. No Nordeste, essa realidade é ainda mais alarmante: 41,3% da população em pobreza e mais de 5 milhões em extrema pobreza.

¹Consideram-se pobres aqueles com renda per capita inferior a US\$ 5,5 por dia, e em extrema pobreza aqueles com renda inferior a US\$ 1,90 por dia.

Tabela 1: Perfil de Pobreza da População no Brasil e Regiões

Grandes Regiões	População, Censo demográfico 2022	Com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,5 por dia		Com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,9 por dia	
		Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Brasil	203.080.756	48.942.462	24,10%	10.560.199	5,20%
Norte	17.354.884	6.403.952	36,90%	1.284.261	7,40%
Nordeste		22.573.96		5.575.169	
	54.658.515	7	41,30%		10,20%
Sudeste	84.840.113	13.744.098	16,20%	2.545.203	3,00%
Sul	29.937.706	3.562.587	11,90%	658.630	2,20%
Centro-Oeste	16.289.538	2.443.431	15,00%	407.238	2,50%

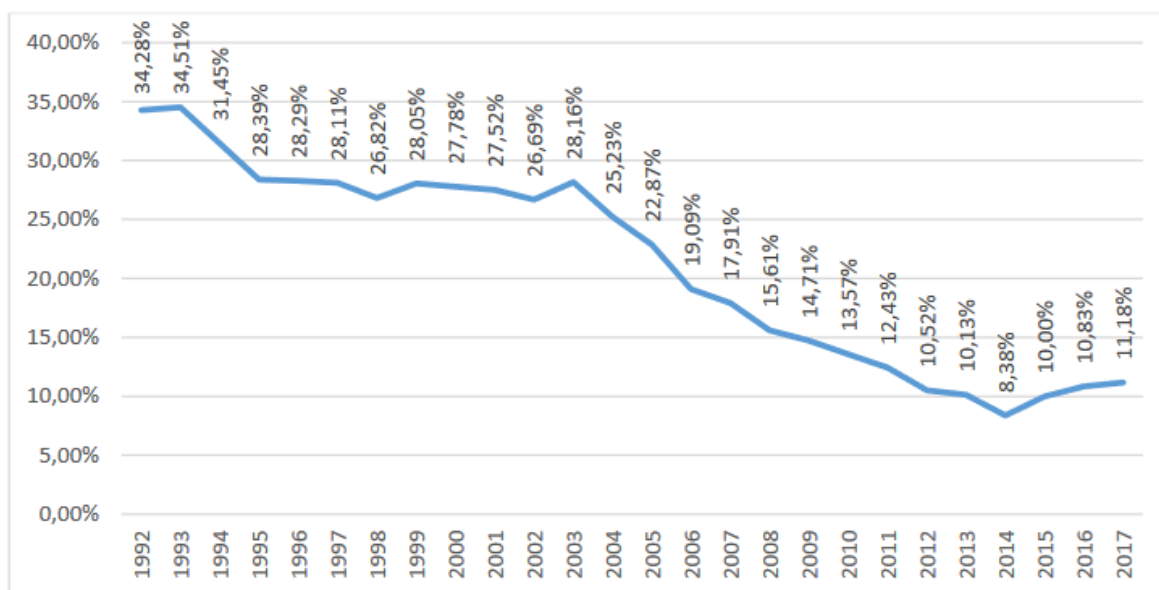
Fonte: IBGE, censo demográfico (2022). IBGE/PNAD-C, síntese dos indicadores sociais (2022).

No entanto, ao analisarmos a figura 1, que apresenta a proporção dos pobres no Brasil ao longo do tempo, observamos uma trajetória de redução da pobreza² entre 1992 e 2014, com destaque para o período de maior queda, coincidente com a implementação de programas federais de transferência de renda. Entre 1992 e 2017, a taxa de pobreza no Brasil caiu de 34,25% para 11,18%, refletindo melhorias econômicas e a eficácia das políticas públicas adotadas.

Segundo Arretche (2018), essa redução foi influenciada pela transição democrática e pelo sufrágio universal, que remodelaram as políticas sociais no país.

Figura 1: Pobreza no Brasil – Proporção dos Pobres (%) - Série Harmonizada

²Linha de pobreza da FGV, estabelecida em R\$ 233,00 reais/mês por pessoa em agosto de 2018.



Fonte: FGV Social (2019).

Contudo, a partir de 2015, a tendência de redução da pobreza foi revertida. A curva de pobreza começou a subir novamente, o que pode ser atribuído ao aumento do desemprego e à recessão econômica. O corte em políticas sociais também contribuiu para essa deterioração, afetando desproporcionalmente as regiões mais vulneráveis, como o Nordeste.

Ao comparar os dados da tabela 01 com os da figura 01, fica evidente que, embora o Brasil tenha conseguido reduzir a pobreza em âmbito nacional, as disparidades regionais permanecem acentuadas. O Nordeste, por exemplo, concentra quase metade dos brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam menos de 17% da população em situação pobre, evidenciando um desequilíbrio na distribuição de renda.

Essa análise indica a necessidade de considerar as particularidades regionais na formulação de políticas públicas, garantindo que as regiões mais afetadas pela pobreza, como o Nordeste, recebam a atenção necessária para reverter essa situação e promover uma distribuição de renda mais equitativa em todo o país.

A tabela 2 proporciona uma visão abrangente da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil e na região Nordeste ao longo da última década, conforme o índice de Gini³. De acordo com os dados do IBGE (2023), destaca-se um aumento na

³ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). Fonte: <https://www.ipea.gov.br/desafios>.

concentração de renda na região Nordeste a partir de 2016.

Contudo, é interessante observar um decréscimo acentuado em 2020, que pode ser atribuível a eventos extraordinários, como a pandemia da COVID-19 e as medidas de contenção associadas. Esse declínio pontual no índice de Gini na região Nordeste pode refletir diversas variáveis, a exemplo de programas de auxílio emergencial, das políticas públicas específicas ou até mesmo de mudanças temporárias na estrutura econômica.

Tabela 2: Índice de Gini da distribuição da renda domiciliar per capita, Brasil e NE

Período	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539	0,545	0,544	0,524	0,544	0,548
Nordeste	0,546	0,538	0,532	0,533	0,544	0,557	0,546	0,560	0,526	0,556	0,585

Fonte: IBGE/PNAD-C, síntese dos indicadores sociais (2023).

Em 2018, o índice de Gini atingiu 0,546, aproximando-se da média nacional (0,546). Embora tenha voltado a subir no ano seguinte, em 2020, o índice apresentou uma redução temporária, retornando sua trajetória ascendente somente em 2021 e alcançando seu maior valor em 2022.

Segundo o IBGE (2023), em 2018, observou-se uma disparidade substancial nos rendimentos entre a população mais rica (1%) e a metade mais pobre. O rendimento médio mensal de trabalho da parcela mais abastada foi aproximadamente 34 vezes superior ao da metade menos favorecida, alcançando uma média de R\$ 27.744,00 por mês, em contraste com os R\$ 820,00 auferidos pelos 50% menos privilegiados.

Embora um dos possíveis fatores de pobreza na região Nordeste esteja relacionado aos períodos de seca enfrentados na região, não se pode atribuir exclusivamente a situação de pobreza às secas no Semiárido. Como observado na tabela 3, o estado do Maranhão, com a menor área semiárida entre os estados nordestinos, concentra níveis altíssimos de pobreza.

Tabela 3: Perfil de pobreza segundo a população da região Nordeste e Estados

Região Nordeste	População, Censo demográfico 2022	Com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,5 por dia		Com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,9 por dia	
		Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Nordeste	54.658.515	22.573.967	41,30%	5.575.169	10,20%
Maranhão	6.776.699	3.246.039	47,90%	894.524	13,20%
Piauí	3.271.199	1.275.768	39,00%	314.035	9,60%
Ceará	8.794.957	3.632.317	41,30%	835.521	9,50%

Rio G. do Norte	3.302.729	1.116.322	33,80%	244.402	7,40%
Paraíba	3.974.687	1.673.343	42,10%	381.570	9,60%
Pernambuco	9.058.931	3.804.751	42,00%	987.423	10,90%
Alagoas	3.127.683	1.379.308	44,10%	344.045	11,00%
Sergipe	2.210.004	815.491	36,90%	183.430	8,30%
Bahia	14.141.626	5.614.226	39,70%	1.414.163	10,00%

Fonte: IBGE, censo demográfico (2022). IBGE/PNAD-C, síntese dos indicadores sociais (2022).

Observou-se que o Maranhão, conforme analisado por Silva et al. (2020), é um estado que, apesar de seu território estar localizado fora do polígono da seca, apresenta os maiores níveis de pobreza em relação à sua população. Cerca de 47,90% da população maranhense vive abaixo da linha de pobreza, e em torno de 13,2%, na extrema pobreza.

Enquanto isso, o estado do Rio Grande do Norte, com grande parte do território localizado no Semiárido, apresenta a menor concentração de pessoas em situação de pobreza. Esse dado pode indicar que a associação da pobreza à falta de chuvas pode não ser uma relação direta e linear, pois diversos fatores socioeconômicos e políticos podem influenciar a distribuição da pobreza em uma região, indo além das condições climáticas.

Historicamente, a desigualdade regional esteve vinculada também à concentração da posse da terra, do período colonial aos dias atuais, mantendo o domínio da grande propriedade associada ao sistema de exploração dos recursos naturais. Atualmente, ainda persiste um grande contraste na posse e na ocupação da terra.

Segundo dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017), o índice de Gini referente à distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários no Nordeste foi de 0,860, numa escala de 0 a 1, indicando que grandes áreas agropecuárias estão nas mãos de um pequeno grupo de produtores.

Em relação ao Brasil, o sistema de concentração da terra e a concentração de renda seguem a mesma linha, mas, no Nordeste, permanece mais acentuada, conforme pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários, grupos de área total

Grupos de Área do Estabelecimento	Número de estabelecimentos agropecuários			
	Brasil		Nordeste	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	74.379	1,47%	43.958	1,89%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	54.438	1,07%	34.939	1,50%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	174.299	3,44%	137.378	5,91%
De 0,5 a menos de 1 ha	303.316	5,98%	238.144	10,25%
De 1 a menos de 2 ha	468.288	9,23%	335.795	14,46%
De 2 a menos de 3 ha	336.993	6,64%	197.732	8,51%
De 3 a menos de 4 ha	260.945	5,14%	144.989	6,24%

De 4 a menos de 5 ha	220.309	4,34%	98.418	4,24%
De 5 a menos de 10 ha	650.714	12,83%	278.665	12,00%
De 10 a menos de 20 ha	730.662	14,40%	254.859	10,97%
De 20 a menos de 50 ha	855.865	16,87%	277.178	11,93%
De 50 a menos de 100 ha	394.157	7,77%	113.121	4,87%
De 100 a menos de 200 ha	218.758	4,31%	55.482	2,39%
De 200 a menos de 500 ha	147.083	2,90%	33.297	1,43%
De 500 a menos de 1.000 ha	54.878	1,08%	10.317	0,44%
De 1.000 a menos de 2.500 ha	34.338	0,68%	5.050	0,22%
De 2.500 a menos de 10.000 ha	14.415	0,28%	1.892	0,08%
De 10.000 ha e mais	2.450	0,05%	387	0,02%
Produtor sem área	77.037	1,52%	61.118	2,63%
Total	5.073.324	100,00%	2.322.719	100,00%

Fonte: IBGE, censo agropecuário (2017).

Analisando a tabela 4, nota-se que a maioria dos estabelecimentos agropecuários, tanto no Brasil quanto no Nordeste, tem áreas menores, especialmente até 10 hectares. À medida que aumentamos a faixa de área, observa-se uma concentração progressiva da área total. Isso é evidente nas categorias de 10 a menos de 50 hectares, 20 a menos de 50 hectares e assim por diante.

Ao comparar as porcentagens de área entre o Brasil e o Nordeste, é perceptível que as categorias de área mais extensas têm uma representação menor na região Nordeste em comparação ao Brasil em sua totalidade.

A categoria de "Produtor sem área" representa uma porcentagem significativa nessa classificação, em relação à região; esse dado mostra que 79,34% desses produtores se concentram na região Nordeste. Essa análise corrobora com os apontamentos de Furtado (1992) e Araújo (1997) sobre a concentração de terra, para os quais é uma das principais causas da desigualdade.

Ao analisar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – um estudo conduzido pelo Sistema Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que monitora anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros nas áreas de emprego e renda, educação e saúde –, é possível observar um crescimento gradual tanto em nível nacional quanto local, conforme apresentado na tabela 5.

Tabela 5: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil e Nordeste

Período	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	0,5593	0,5761	0,5968	0,6046	0,6261	0,6361	0,6486	0,6609	0,6715	0,6672	0,6509	0,6678
Nordeste	0,4318	0,4542	0,4900	0,5085	0,5308	0,5422	0,5574	0,5706	0,5819	0,5814	0,5749	0,5956

Fonte: FIRJAN (2018).

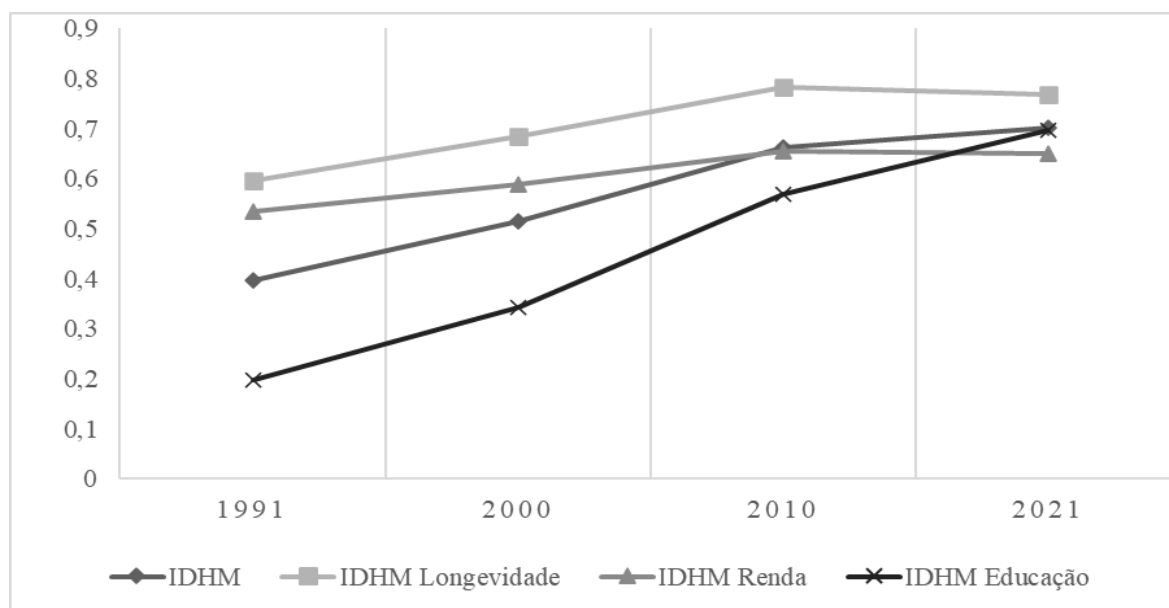
A análise do IFDM da FIRJAN, no período de 2005 a 2016, revela um crescimento consistente, sendo essencial identificar os fatores que impulsionaram esse avanço. Esse

índice, que avalia o desenvolvimento municipal com base em indicadores como emprego, renda e educação, demonstra não apenas uma prosperidade econômica crescente, mas também melhorias significativas nas oportunidades educacionais e na qualidade de vida dos habitantes dos municípios nordestinos. Esses indicadores refletem a eficácia das políticas implementadas, evidenciando um progresso contínuo na região Nordeste.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma métrica que vai além da renda e engloba também a educação e a expectativa de vida, reforça essa análise. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observa-se uma notável melhoria na qualidade de vida dos habitantes da região Nordeste, como indicado na figura 02. Contudo, é importante ressaltar que, apesar dos avanços, o alto índice de pobreza ainda persiste na região.

A análise do IFDM da FIRJAN, no período de 2005 a 2016, revela um crescimento consistente, mas é importante identificar os fatores impulsionadores desse avanço. Esse índice, que avalia o desenvolvimento municipal com base em indicadores como emprego, renda e educação, não apenas indica uma prosperidade econômica crescente, mas também aponta para melhorias significativas nas oportunidades educacionais e na qualidade de vida dos habitantes dos municípios nordestinos. Isso, por sua vez, oferece uma base mais sólida para uma qualidade de vida aprimorada e um futuro mais promissor aos cidadãos nordestinos.

Figura 2: Evolução do IDHM Geral e por Categoria, Região Nordeste



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2016). Atlas Brasil (2023).

Ao compararmos o IDH da região Nordeste com o da região Sudeste, no mesmo período, observamos uma disparidade significativa. Respectivamente, o IDH da região Sudeste foi de 0,533, 0,676, 0,766 e 0,778. Entre 1991 e 2000, a diferença entre as regiões aumentou em 0,160; no período de 2001 a 2010, essa diferença diminuiu para 0,103, e a desigualdade reduzida para 0,072. Essa redução da disparidade regional pode ser atribuída às políticas sociais ampliadas durante o governo Lula (2003-2011), que efetivamente reduziu a pobreza e a extrema pobreza. De acordo com o relatório "Fome Zero: A experiência brasileira" de Silva (2010), em 2003, havia cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, caindo para 29,6 milhões em 2009, de acordo com os critérios do Programa Fome Zero. Em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicou que a taxa de pobreza extrema diminuiu pelo menos 63% de 2004 a 2014.

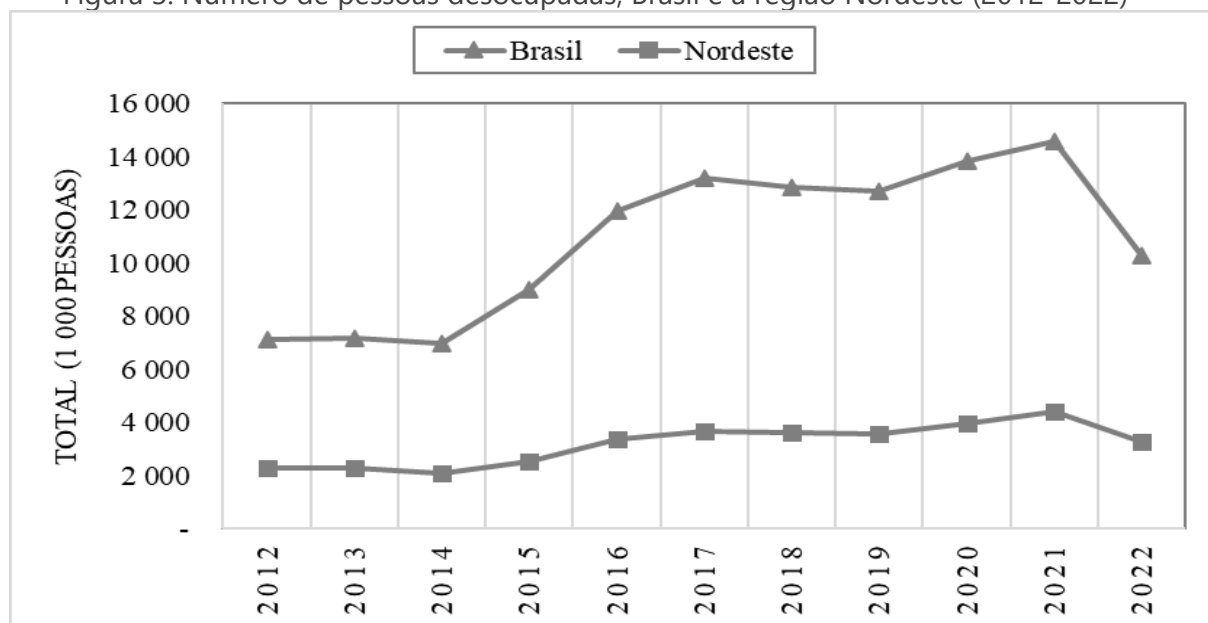
Desde os anos 1990, a região Nordeste tem testemunhado um notável aumento no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Segundo a PNUD (2010), o IDH da região era de 0,397 em 1991, subiu para 0,516 em 2000 e atingiu 0,663 em 2010. Para o IDH de 2021, a média dos nove estados nordestinos foi considerada, com base nos dados disponíveis no portal Atlas Brasil (2023). A evolução é claramente ilustrada na figura 02, destacando-se o desenvolvimento mais expressivo no indicador de educação ao longo do período analisado.

No entanto, após esse período de fortalecimento das políticas públicas, especialmente as de combate à pobreza, houve um grande revés a partir de 2016, com o início do governo Temer, que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – órgão federal responsável pela condução das políticas nacionais de

assistência social. A partir de 2019, a continuação da política neoliberal adotada no governo anterior poderá apresentar impactos, sobretudo na região Nordeste. Nesse mesmo ano, conforme dados do MDS (2024), apenas 3% das novas concessões do Bolsa Família foram destinadas à região Nordeste, que concentra a maior parte dos pobres do país, e as regiões Sul e Sudeste, 75% das inclusões no programa.

A figura 3 apresenta o número de pessoas desocupadas no Brasil e na região Nordeste no período de 2012 a 2022. Realizamos uma análise destacando alguns pontos relevantes:

Figura 3: Número de pessoas desocupadas, Brasil e a região Nordeste (2012-2022)



Fonte: IBGE/PNAD-C, síntese dos indicadores sociais (2022).

Observa-se um aumento considerável no número de pessoas desocupadas no Brasil entre 2012 e 2017; na região Nordeste, o padrão é semelhante. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo instabilidade econômica, recessão e eventos externos que impactaram o mercado de trabalho. Após 2017, houve uma estabilização e posterior queda no número de desocupados no Brasil, declínio que pode estar associado a medidas adotadas para estimular a economia, reformas no mercado de trabalho e recuperação econômica em determinados setores.

O ano de 2020, marcado pela pandemia da COVID-19, teve um aumento notável no desemprego em ambas as áreas, o que pode ser atribuído às medidas de restrição e aos impactos econômicos causados pela pandemia. Contudo, em 2021, nota-se uma estabilização no Brasil e uma leve queda na região Nordeste. O ano de 2022 apresenta uma redução no número de desocupados, tanto no Brasil como na região Nordeste, indicando uma possível recuperação econômica e a melhoria no mercado de trabalho (IBGE, 2022).

Essa análise sugere a complexidade das dinâmicas do mercado de trabalho, influenciadas por fatores econômicos, sociais e eventos externos. A compreensão desses padrões pode orientar políticas públicas e estratégias para lidar com desafios de desemprego e promover a estabilidade econômica.

Conforme Coelho (2015), pode-se constatar que a redução da pobreza e a melhoria dos indicadores sociais a partir dos anos 2000 são atribuídos mais às “políticas implícitas”, a exemplo: o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Bolsa Família (PBF) e a Previdência Rural.

Nas últimas décadas, portanto, foram as políticas públicas setoriais, implementadas na escala nacional, e não explicitamente de cunho regional, que tiveram impactos importantes na maior homogeneização social e na melhoria das condições de vida da população. Nessa conjuntura, as desigualdades interpessoais arrefeceram um pouco. No entanto, conforme preconiza Brandão (2019), isso não implica que política regional não seja necessária, mas sim que se repense o papel da política regional (explícita) neste século XXI. A resposta mais provável dialoga com as concepções esboçadas por Alves, Rocha Neto e Amparo (2015), no sentido de uma política regional bem desenhada e capaz de assegurar coerência, sinergia e complementaridade dos vários esforços explícitos e implícitos de promoção do desenvolvimento regional.

5. Considerações Finais

A desigualdade regional no Brasil é uma questão estrutural que persiste em todo o território nacional, com uma intensidade maior no Nordeste, quando evidenciada em alguns dos indicadores de renda, terra, educação e políticas públicas.

A disparidade na distribuição de renda, comprovada pelos índices de pobreza e o aumento do índice de Gini, assinala a necessidade de políticas públicas fortes. A concentração de terras e renda, notadamente destacada pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017), deixa notória a proporção estrutural dessas desigualdades. A evolução positiva do IDH ao longo dos anos na região é contrastada com possíveis retrocessos após 2016, levando a preocupações sobre o impacto da agenda política.

Essas desigualdades têm origem histórica, que, no caso da região Nordeste, remontam ao período colonial, agravando-se durante o processo de industrialização e integração do território nacional, no qual o eixo Sul-Sudeste se destacou. As distorções persistentes na estrutura socioeconômica destacam a complexidade e a profundidade do problema. As estruturas das desigualdades permanecem, perpetuando a visão de uma região atrasada e dificultando a integração plena da nação brasileira.

Apesar desse cenário, evidenciou-se, pela análise dos dados selecionados, que a região Nordeste apresentou evolução nos seus indicadores sociais, com significativas

melhorias entre o período de 2003 e 2014. Programas de transferências de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, desempenharam um papel fundamental na melhoria desses indicadores, proporcionando dignidade às pessoas e rompendo com um histórico de miséria e abandono. Embora essa política pública tenha abrangência nacional, na região Nordeste, por conta dos diversos fatores histórico-estruturais, há uma contribuição mais significativa.

Entretanto, é fundamental reconhecer que, apesar de os avanços sociais terem sido substanciais, a continuidade e o fortalecimento dessas políticas públicas, aliadas aos investimentos estruturais na região, são essenciais para garantir um desenvolvimento socioeconômico sustentável, com redução sistemática das desigualdades regionais. Para isso, conforme Cano (2002b), faz-se necessária a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, premissa fundamental para que as políticas públicas regionais (explícitas e implícitas) sejam efetivas na transmissão inter-regional dos efeitos do processo de desenvolvimento para toda a sociedade brasileira (Brandão *et al.*, 2020).

Referências bibliográficas

ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M.; AMPARO, P. P. do. Política regional brasileira: retrospectiva e novos rumos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 107–132, 2015. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4808>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAÚJO, T. B. de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. **Sader**, E.(org.), v. 10, p. 157-171, 2013.

ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. São Paulo: Edusp, **Cadernos de Estudos Avançados** 11 (29), 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ARAÚJO, T. B. de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1997>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10758939008>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Atlas Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BERNARDES, D. de M. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007.

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e Transformações Territoriais Recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. (Texto para discussão – IPEA, nº 2460). Rio de Janeiro, mar., 2019.

BRANDÃO, C. A.; *et al.* Wilson Cano, intérprete da questão regional e urbana do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 22, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6351>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995)**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: IE-UNICAMP, 1998. (Coleção 30 anos de Economia-UNICAMP, 2).

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002a.

CANO, W. Questão Regional e Política Econômica Nacional. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 3 v. Rio de Janeiro: BNDES, v. 3, 2002b. (pp. 275 – 307). Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3016>. Acesso em: 05 fev. 2024.

COELHO, V. L. P. Política regional do governo Lula (2003-2010). **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, julho/dezembro 2015, p. 265 a 286. Disponível em: https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-a-politica-regional-do-governo-lula-_2003-2010_.pdf. Acesso: 20 fev. 2024.

FIRJAN. IFDM – **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3j0jO3g>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FIRJAN. **Metodologia**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2RX7Mxp>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GENNARI, A. M. Capitalismo digital e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno. **Revista Fim do Mundo**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 28–52, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13901..> Acesso em: 24 fev. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6a ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 97 p.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, S. C. et al (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduff, 2000. Disponível em: <https://abre.ai/a-qualidade-de-vida-e-seus-indicadores>. Acesso em: 30 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICAS - IBGE. **CENSO Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6906#resultado>. Acesso em: 26 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICAS - IBGE. **Censo Agro 2017. Retratando a realidade do Brasil agrário**. Disponível em: <https://cutt.ly/Luwcg1M>. Acesso em: 26 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICAS - IBGE. **Nordeste é única região com aumento na concentração de renda em 2019**. Disponível em: <https://cutt.ly/LuwxBwv>. Acesso em: 20 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICAS - IBGE. **Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre**. Disponível em: <https://acesse.one/jQE5T>. Acesso em: 08 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICAS - IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://cutt.ly/ouwxDpS>. Acesso em: 08 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Nota Técnica "PNAD 2014 - breves análises"**. 2015. Disponível em: <https://l1nk.dev/UBg57>. Acesso em: 16 fev. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, C. N. **Análise da estrutura fundiária da região Nordeste e do estado do Ceará durante o período 1970-2006**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará–IPECE, (s/d), 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. **Base de dados do Cadastro único**. 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. **Programa cisternas recebe R\$ 108 milhões para a construção de mais de 5 mil reservatórios**. 2019. Disponível em: <https://abre.ai/hRDS>. Acesso em: 08 jan. 2024.

NERI, M. C. **A Escalada à Desigualdade - Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza?** Marcelo Neri. 34 pag. Rio de Janeiro, RJ – agosto/2019. FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em 04 jan. 2024.

OLIVEIRA, F. de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.132 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 1).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO BRASIL. **Brasil em resumo**. Disponível em <https://cutt.ly/ouwc4Em>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREIRA, E. M. Desenvolvimento, Questão Social e Nordeste Brasileiro: Contradições e Tendências Atuais. **Temporalis**, Brasília, n.30, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11027>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNUD. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**. 2016. – Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2016.

QUEIROZ FILHO, F. O Programa Bolsa Família e a Formação da Renda das Famílias Beneficiadas: um Alívio Mais Imediato da Pobreza. In: SOUZA, R. C.; BARRETO FILHO, B. F.; SILVA, F. S. B. (Orgs.). **Semana de Estudos em Desenvolvimento Regional**. 1 ed. Natal: CCHLA-UFRN, 2019, v. 1, p. 95 - 108. ISBN: 978-85-61693-26-8. Disponível em: <https://cutt.ly/BuzxbVV>. Acesso em 20 fev. 2024.

ROSSI, P.; MELLO, G. **Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré**. Nota do Cecon, IE/UNICAMP. Campinas, 2017.

SILVA, J. L. B. et al. Inferência Exploratória de Dados Espaço-Temporal da Precipitação Pluviométrica no Nordeste Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 13, n. 05, p. 2019-2036, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/243632>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, J. G. da. **Fome Zero: A experiência Brasília**. MDA, 2010. 360 p. Série NEAD Especial 12. ISBN 978-85-60548-79-8. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i3023o.pdf>. Acesso em 16 jan. 2024.

SILVA, S. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Texto para Discussão, 2014.

SOUZA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. Celso Furtado: um militante da esperança. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano. **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2020. v.1.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Disponível em: <https://cutt.ly/buwczJh>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. **Relação de Municípios no Semiárido**. Disponível em: <https://cutt.ly/Kd4WRnB>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.